

VII. Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas no prazo de 730(setecentos e trinta) dias.

VIII. Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura (ou governo estadual), em 60 (sessenta) dias.

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º e 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

MÁRIA DE FÁTIMA PESSOA SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 20, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso VII, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, que lhe foi delegada pela Portaria/MDA nº 20/2009, e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos nas Portarias MDA nºs 5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção I, de 1º de fevereiro de 2013.

CONSIDERANDO a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Canadá, com área de 5.744,4799 ha (cinco mil, setecentos e quarenta e quatro hectares, quarenta e sete ares e noventa e nove centiares), no município de Jaíba, Estado de Minas Gerais, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo decreto de 09/12/2009, publicado no DOU de 10/12/2009 cuja imissão de posse se deu em 16/05/2012; resolve:

Art.1º. Criar o Projeto de Assentamento Canadá, código MG0388000, com área de 5.744,4799 ha (cinco mil, setecentos e quarenta e quatro hectares, quarenta e sete ares e noventa e nove centiares) no imóvel rural denominado Fazenda Canadá, localizado no município de Jaíba/MG.

Art.2º. A instalação das infraestruturas e qualquer supressão vegetal ou exploração agropecuária de médio e alto impactos serão submetidas ao órgão ambiental para licenciamento, nos termos Deliberação Normativa COPAM nº. 74/2004, pelo procedimento estipulado na Deliberação Normativa COPAM nº. 88/2005 e pela Resolução CONAMA nº. 458, de 16 de julho de 2013.

Art.3º. Estabelecer a capacidade do assentamento em 82 (oitenta e duas) famílias, tendo em vista o Estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel (ECGR) e anteprojeto de organização espacial do assentamento aprovados.

Art. 4º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR-06)/F desta Superintendência Regional que adote as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do imóvel no SNCR.

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 5º. Determinar a Divisão de Obtenção de Terras (SR-06) / T desta Superintendência Regional adoção das seguintes providências:

I. Apresentar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudos sobre necessidades de outorgas para uso dos recursos hídricos, regularização da Reserva Legal, de inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, licenciamentos ambientais, obtenção de Autorização Ambiental de Funcionamento - AAF, supressão de vegetação, intervenção em área de preservação permanente e regularização de área de preservação permanente consolidada no Projeto de Assentamento ora criado.

II. Adotar as providências necessárias para incluir, no prazo de 90 (noventa) dias, para inclusão das famílias candidatas no CadÚnico para viabilizar o acesso às políticas municipais, estaduais e federais.

III. Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 6º. Determinar a Divisão de Desenvolvimento SR (06) / D a adoção das seguintes providências:

I. Realizar, no prazo de 90 (noventa) dias, os estudos para a inclusão do Projeto de Assentamento no Programa Luz para Todos ou solicitar a eletrificação junto à CEMIG.

II. Encaminhar às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III. Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV. Adotar, no prazo 720 (setecentos e vinte) dias, as providências necessárias ao abastecimento e distribuição de água, preferencialmente, no Programa Água para Todos.

V. Providenciar a aplicação do Apoio Inicial I, em 120 (cento e vinte) dias.

VI. Inserir o Projeto de Assentamento no Programa de ATEs através da próxima Chamada Pública lançada após a criação;

VII. Elaborar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento para orientar as ações do INCRA, no prazo de 720 (setecentos e vinte) dias.

VIII. Promover a demarcação topográfica do Projeto de Assentamento, no prazo de 720 (setecentos e vinte) dias, da aprovação do anteprojeto de parcelamento.

IX. Comunicar ao município de localização do Projeto de Assentamento a criação e o número de beneficiários.

Art.7º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 4º a 6º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária (DF), de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento (DT), de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD) e de Gestão Estratégica (DE), deste Instituto.

DANILO DANIEL PRAO ARAÚJO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

PORTARIA Nº 22, DE 3 DE SETEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO PARANÁ, designado pela Portaria/INCRA/P/Nº 127, de 11 de março de 2010, publicada no D.O.U. de 12 de março de 2010, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 132, inciso VIII, do Regimento Interno do Incra, de 03 de abril de 2009, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009;

Considerando os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de reforma agrária, definidos pelas Portarias/MDA/Nº 5 e 6, publicadas no D.O.U. nº 23, Seção I, de 1º de fevereiro de 2013;

Considerando a obtenção, por meio de desapropriação, do imóvel rural denominado Fazenda Santa Laura, com área de 504,70 ha (quinhentos e quatro hectares e setenta ares), localizado no município de Carlópolis, no Estado do Paraná, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo Decreto de 10 de novembro de 1999, publicado no D.O.U. nº 216, Seção I, de 11 de novembro de 1999, cuja imissão na posse se deu em 05 de abril de 2013; resolve:

Art. 1º. Destinar o referido imóvel rural à constituição do Projeto de Assentamento ELIAS GONÇALVES DE MEURA, código SIPRA nº PR0403000, com área de 504,70 ha (quinhentos e quatro hectares e setenta ares), localizado no município de Carlópolis, Estado do Paraná.

Art. 2º. Estabelecer a capacidade de assentamento de 50 (cinquenta) famílias, tendo em vista o Laudo de Vistoria e Avaliação.

Art. 3º. Determinar à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(09)/F desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do imóvel no SNCR.

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º. Determinar à Divisão de Obtenção de Terras - SR(09)/T desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Apresentar no prazo de 120 (cento e vinte) dias as soluções técnicas viáveis (preventiva/ corretiva/pontuais/educativas/legislativa) de recursos hídricos.

II. Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Carlópolis, no prazo de 60 (sessenta) dias, para inclusão das famílias candidatas no CadÚnico, para viabilizar o acesso às políticas municipais, estaduais e federais.

III. Selecionar e homologar as famílias candidatas ao Projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento - SR(09)/D desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Concluir, em conjunto com a Divisão de Obtenção de Terras desta - SR(09)/T desta Superintendência Regional, o Estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel (ECGR) e anteprojeto de organização espacial do assentamento, no prazo de 30 (trinta) dias.

II. Formalizar a demanda de energia elétrica ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos (ou à concessionária de energia elétrica), no prazo de 60 (sessenta) dias.

III. Encaminhar às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV. Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o Programa Minha Casa Minha Vida, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias;

V. Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional (ou outra), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VI. Formalizar parceria com a Prefeitura Municipal (ou outro) para a construção e recuperação de estradas vicinais que darão acesso ao Projeto de Assentamento, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

VII. Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 180 (cento e oitenta) dias;

VIII. Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IX. Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

X. Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura (ou governo estadual), em 60 (sessenta) dias.

Art. 6º. O monitoramento das atividades descritas nos artigos 3º a 5º desta Portaria será acompanhado pelas Diretorias de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF, de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento - DT, de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - DD e de Gestão Estratégica - DE, deste Instituto.

NILTON BEZERRA GUEDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 9, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 132, inciso VII da Estrutura Regimental deste instituto aprovada pelo decreto nº. 6.812 de abril de 2009, que lhe foi delegada pela Portaria/MDA nº 20/2009 e os procedimentos administrativos voltados à obtenção de imóveis rurais para fins de Reforma Agrária, definidos nas Portarias MDA nº 5 e 6, publicada no DOU nº 23, Seção I, de 1º de fevereiro de 2013;

CONSIDERANDO a obtenção por meio de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária do imóvel rural denominado Usina Tanques e Caipoiro, com área medida de 843,6846 (oitocentos e quarenta três hectares, sessenta e oito ares e quarenta e seis centiares), localizado no município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária pelo Decreto de 22/08/2012, cuja imissão de posse se deu em 11 de setembro de 2014, resolve:

Art. 1º Destinar o referido imóvel à constituição do Projeto de Assentamento NOVA MARGARIDA, código do SIPRA nº PB0340000, com área de 843,6846 ha, localizado no município de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba, conforme RESOLUÇÃO CONAMA Nº 458/2013 que dispensa o Licenciamento Ambiental nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária.

Art. 2º Estabelecer a capacidade mínima de assentamento de 60 (sessenta) famílias, tendo em vista o Estudo acerca da Capacidade de Geração de Renda do imóvel e anteprojeto de organização espacial do assentamento, aprovados;

Art.3º Determinar à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR-18/F) desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Atualização Cadastral do Imóvel USINA TANQUES E CAPOEIRO no SNCR.

II. Inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro do imóvel na base de dados cartográficos.

Art. 4º Determinar à Divisão de Obtenção de Terras (SR-18/T), desta Superintendência Regional as seguintes providências:

I. Apresentar no prazo de 120 (cento e vinte) dias soluções técnicas viáveis (preventivas/corretivas/pontuais/educativas/legislativa) de recursos hídricos.

II. Realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Alagoa Grande - PB no prazo de 90 (noventa) dias para inclusão das famílias cadastradas no CadÚnico para viabilizar o acesso às políticas municipais, estaduais e federais.

III. Selecionar e homologar as famílias cadastradas ao projeto ora criado.

Art. 5º. Determinar à Divisão de Desenvolvimento (SR-18/D), as seguintes providências:

I. Formalizar a demanda de energia elétrica ao comitê estadual do Programa Luz Para todos (ou a Concessionária de energia elétrica), no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

II. Encaminhar às entidades financiadoras e à Coordenação Nacional do Programa Minha Casa Minha Vida a relação de beneficiários do Projeto de Assentamento como demanda prioritária de atendimento no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

III. Providenciar o material necessário para subsidiar as entidades organizadoras que apresentarão projeto de construção das habitações para o programa Minha Casa Minha Vida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

IV. Formalizar o encaminhamento de solução hídrica junto à Coordenação do Programa Água para Todos, do Ministério da Integração Nacional ou outra, no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias.

V. Formalizar parceria com a Prefeitura Municipal (ou outro) para a construção e recuperação de 7,0Km de estradas vicinais que darão acesso ao Projeto de Assentamento NOVA MARGARIDA no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias.

VI. Providenciar a aplicação do Apoio Inicial, em 360 (trezentos e sessenta) dias.

VII. Contratar Assistência Técnica e Extensão Rural e elaborar o Plano de Desenvolvimento para acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), no prazo de 720 (setecentos e vinte dias).

VIII. Implementar os serviços de topografia e demarcação das parcelas, no prazo de 720 (setecentos e vinte) dias.

IX. Encaminhar às secretarias municipais de saúde e de educação (ou a órgãos correspondentes do Governo Estadual) comunicado sobre a demanda para os serviços de competência daqueles órgãos, qualificada conforme procedimentos acordados com a prefeitura (ou governo estadual), em 180 (cento e oitenta) dias.